

MARCELO RIDENTI

# Vinte anos após a queda do muro: a reencarnação do desenvolvimentismo no Brasil

*"O propósito de uma economia não deve ser o lucro, mas o bem-estar de todas as pessoas, assim como a legitimação do Estado é seu povo e não seu poder. O crescimento econômico não é um fim, mas um meio para criar sociedades boas, humanas e justas. O que importa é com quais prioridades combinaremos os elementos públicos e privados em nossas economias mistas. Esta é a questão política chave do século XXI" (Hobsbawm, 2009).*



**MARCELO RIDENTI**  
é professor titular  
de Sociologia  
na Unicamp,  
pesquisador do CNPq  
e autor de, entre  
outros, *Brasilidade  
Revolucionária, um  
Século de Cultura e  
Política* (Unesp).



## FIM DE UM TEMPO E RETOMADA DE OUTRO?

A

queda do Muro de Berlim – símbolo da desintegração do Império Soviético e da ruína das economias planejadas centralmente, ditas socialistas

ou comunistas – levou à crença de que o futuro da humanidade só poderia estar nas economias capitalistas de mercado. Deu fôlego ao chamado neoliberalismo, cujos limites ficariam evidentes na crise mundial de 2008.

A maioria dos partidos e movimentos de esquerda – que poderia ser definida sinteticamente como o conjunto das forças em alguma medida críticas da ordem capitalista, a propor mudanças socializantes – admitiu que o modelo soviético de organização da economia e da sociedade havia se esgotado. Mesmo os países que continuaram se afirmando socialistas ou comunistas, a China à frente, assumidamente têm desenvolvido economias de mercado, integrando-se à divisão internacional capitalista do trabalho.

Sucedede que, como a história dos últimos vinte anos tem demonstrado, o mercado não dá conta de resolver os problemas sociais da humanidade, nem leva necessariamente ao triunfo da democracia. Esgotado o modelo soviético – e também com a crise do outro paradigma da esquerda ao longo

do século XX, a social-democracia –, as esquerdas têm tentado desenvolver novos caminhos, desde a adesão ao mercado do modelo chinês, com planejamento centralizado e restrições às liberdades democráticas, até experiências que se têm vivido na América Latina, todas diferenciadas, no Brasil, na Venezuela, na Argentina, no Chile, no Equador, no Uruguai, na Bolívia e no Paraguai, onde presidentes de esquerda foram eleitos democraticamente e estão no governo. Algo que seria inimaginável no tempo da Guerra Fria.

Então, há um paradoxo: a médio prazo, a queda do muro foi simbolicamente a senha que permitiu a forças de esquerda chegar aos governos de vários países na América Latina, ainda que distanciadas dos projetos do passado, agora no contexto da chamada nova ordem mundial, cujos problemas levaram à eleição de forças menos ou mais críticas a ela. Isso talvez se explique pelo que Francisco de Oliveira (2003) chamou de colonização da política pela economia, afinal a economia mundial é tão dominada pela lógica capitalista que não resta aos governos nacionais senão integrar-se a ela, ainda que o façam de modos variados.

Gostaria de propor agora algo mais específico sobre a sociedade brasileira, que parece ter relação com os ventos das mudanças mundiais a partir da queda do muro: o retorno expressivo do desenvolvimentismo à cena política<sup>1</sup>. Desenvolvimentismo entendido como “o projeto de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio do planejamento e decidido apoio estatal”, para tomar a formulação sintética de Ricardo Bielschowsky (2000, p. 33).

O desenvolvimentismo parecia ter sido sepultado como política de esquerda pelo menos a partir do fim dos anos 1960. A experiência da ditadura demonstrara que era possível desenvolver a economia sem redistribuição de renda e sem democracia. Ademais, após o golpe de 1964, as (auto) críticas ao desenvolvimentismo seriam duras. Todavia, com os impasses das esquerdas após a queda do muro, tendo de enfrentar os desafios impostos pelo avanço

e posterior crise do neoliberalismo, uma saída possível tem sido um certo retorno ao desenvolvimentismo. Para compreender o momento atual, vale a pena retomar os termos do debate sobre o desenvolvimento nacional, tema por excelência da economia e da política nos anos 1950 e 1960.

## OS TEMPOS DE GLÓRIA DO DESENVOLVIMENTISMO E A CRÍTICA A ELE

O pensamento econômico brasileiro desse período pode ser dividido em cinco correntes, conforme a classificação do livro já citado de Bielschowsky: 1) a corrente neoliberal, a fazer um contraponto ao desenvolvimentismo – segundo ela, as forças do mercado seriam a base da eficiência econômica (Eugênio Gudim seria o representante mais destacado dessa corrente); 2) o desenvolvimentismo do setor privado, encarnado no caso exemplar de Roberto Simonsen; 3) o desenvolvimentismo do setor público não nacionalista, do qual Roberto Campos seria o expoente; 4) o desenvolvimentismo público nacionalista, comandado por Celso Furtado; e 5) a corrente socialista, em que análises do Partido Comunista Brasileiro (PCB) dariam o tom.

Para a presente discussão sobre as esquerdas e seus impasses após a queda do muro, interessa em especial retomar as duas últimas correntes, que viriam a ser derrotadas com o golpe de 1964. O desenvolvimentismo nacionalista e o socialista pretendiam superar a pobreza e o subdesenvolvimento. No jogo político e econômico, ambos entrecruzavam-se e colocavam no tabuleiro as peças do planejamento de Estado para a industrialização e a modernização de uma sociedade que se urbanizava, construindo e representando um povo e uma nação em busca do desenvolvimento.

Predominavam concepções dualistas da sociedade brasileira, como se ela fosse cindida em duas, aquela moderna, em

<sup>1</sup> Retomam-se aqui algumas ideias que apresentei no 36º Encontro Nacional de Economia e no 14º Congresso Brasileiro de Sociologia, parcialmente reproduzidas no artigo “Desenvolvimentismo: o Retorno” (in *Revista Espaço Acadêmico*, edição nº 92, ano VIII, janeiro de 2009, [www.espacoacademico.com.br](http://www.espacoacademico.com.br) – disponível também no site *Gramsci e o Brasil*, [www.gramsci.org](http://www.gramsci.org), janeiro de 2009).

pleno desenvolvimento, a conviver com um Brasil atrasado, subdesenvolvido, a ser superado (Oliveira, 1972). O dualismo era disseminado de formas diferenciadas por três matrizes institucionais, à esquerda: 1) o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), ligado ao governo federal, centro produtor de ideologias nacional-desenvolvimentistas diferenciadas, que tinham em comum apontar como aspecto central o embate entre nação e antinação, elegendo o povo brasileiro como principal agente da história<sup>2</sup>; 2) a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), organismo das Nações Unidas que apontava o atraso da estrutura socioeconômica dos países da chamada periferia em relação ao centro econômico mundial, cabendo aos Estados periféricos induzir a industrialização para o mercado interno<sup>3</sup>; e 3) o PCB, para o qual a etapa da revolução brasileira seria nacional e democrática, unindo todas as forças interessadas no progresso da nação e na ruptura com o subdesenvolvimento, estando em

Mônica Leite, 1996



primeiro plano a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano<sup>4</sup>.

As ideias desenvolvimentistas difundidas por essas instituições eram incorporadas de modo difuso e diversificado por círculos expressivos de intelectuais e políticos. Elas aproximavam na prática comunistas e nacionalistas, favoráveis à atuação do Estado para planejar e financiar o desenvolvimento nacional. No início dos anos 1960, o avanço das teses desenvolvimentistas de esquerda mobilizara trabalhadores urbanos e rurais, além de setores das classes médias, sobretudo estudantes, intelectuais e artistas. O golpe de 1964 e seus desdobramentos viriam a arruinar as ideologias de nacionalistas de esquerda e de comunistas, realizando um outro projeto de “Brasil grande”, de desenvolvimento com segurança.

A partir de então, ganharam espaço as críticas de esquerda ao desenvolvimentismo, acusado de silenciar sobre as lutas de classes e de ter uma concepção de Estado acima delas. O subdesenvolvimento seria visto como “ausência de capitalismo e não o seu resultado”, segundo Guido Mantega (1985), nos anos 1980<sup>5</sup>. Ele não fazia uma análise propriamente nova, apenas sintetizava a crítica de uma série de intelectuais ao desenvolvimentismo em todas as suas vertentes, a partir do final da década de 1960.

Foi nessa época que Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970) esboçaram a crítica. Paul Singer (1968), Maria da Conceição Tavares (1973) e Francisco de Oliveira seriam outros a colocar o desenvolvimentismo em questão. Este último sintetizava assim a (auto)crítica de esquerda:

“[...] toda a questão do desenvolvimento foi vista sob o ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes de oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas. [...] o desenvolvimentismo] cumprindo uma importante função ideológica para marginalizar perguntas do tipo ‘a quem serve o

2 Ver, entre outros: Toledo, 1977.

3 Ver, por exemplo, as obras citadas de Bielschowsky e de Oliveira.

4 Ver, por exemplo: “Resolução Política do V Congresso do PCB, de 1960”, 1976, pp. 9-42. Crítica clássica a essa concepção foi formulada por Caio Prado Jr. (1966).

5 Como se sabe, o autor é atualmente ministro da Fazenda do segundo governo Lula.

desenvolvimento econômico capitalista no Brasil’?” (Oliveira, 1972, pp. 12-3)<sup>6</sup>.

Já nos anos 1980, em *O Capitalismo Tardio*, João Manuel Cardoso de Mello dizia que “a problemática cepalina é a problemática da industrialização nacional, a partir de uma situação periférica”. Propunha em seu lugar uma nova “tarefa – a de repensar a história latino-americana como formação e desenvolvimento do modo de produção capitalista” (Mello, 1982, pp. 20 e 27).

Ou seja, esses e vários outros autores constataram ao longo do tempo que o pensamento desenvolvimentista não era capaz de compreender as relações complexas entre as diversas frações da burguesia brasileira, os latifundiários, o capital internacional e o próprio Estado (incluindo as Forças Armadas), tampouco produzira análise adequada das classes despossuídas, as quais em geral nem eram tratadas, sem contar a interpretação considerada simplificadora da inserção do Brasil e dos países da chamada periferia na divisão internacional do trabalho.

Economistas e sociólogos de esquerda, em geral vindos de experiências no interior do desenvolvimentismo, buscariam dar conta teoricamente do processo de mudança na economia e na sociedade. O suposto atraso seria estruturalmente indissociável do progresso, o arcaico inseparável do moderno, o desenvolvimento conviveria com o subdesenvolvimento. O chamado “milagre econômico” promovido pela ditadura atestaria a possibilidade de desenvolvimento capitalista no Brasil e na América Latina, embora dependente, desigual e associado ao capital internacional.

## A RETOMADA DESENVOLVIMENTISTA

Toda essa reflexão faria pressupor que o desenvolvimentismo já seria parte da história passada. No entanto, lentamente, ao longo dos anos 1990 e por diversas vias político-partidárias, foram sendo retomadas

novas formulações desenvolvimentistas, por vezes levadas adiante por políticos e intelectuais que haviam se tornado críticos do desenvolvimentismo. Isso talvez se possa explicar em parte pelas mudanças geradas pelo fim do chamado “socialismo realmente existente”.

Ora, se já não se colocava na ordem do dia a questão do socialismo, se não havia clareza sobre o caminho a tomar pelas esquerdas com o esvaziamento da possibilidade imediata de organizar um outro tipo de sociedade, se a convivência com o capitalismo está posta no horizonte que se permite ver, e sem a formulação de políticas novas à esquerda, era de esperar que os caminhos do futuro pudessem ser buscados nas gavetas esquecidas do passado. Já se disse que as grandes tragédias da história se repetem como farsa. Pode ser, mas como nada se inventa da estaca zero, as experiências do passado podem ser retomadas. Por isso o problema não está propriamente no retorno do desenvolvimentismo. A questão a ser colocada, para a qual ainda não há respostas claras no pensamento social, e muito menos por parte dos agentes políticos, é saber que respostas a atual retomada dá às reflexões sobre os alcances e limites do desenvolvimentismo, tão debatidos dos anos 1960 aos 1980, e ainda às novas questões ambientais.

Começando pela esquerda da esquerda: o tema do desenvolvimento ressurgiu por exemplo no livro-manifesto *A Opção Brasileira*, assinado por César Benjamin, Emir Sader, João Pedro Stedile, Plínio de Arruda Sampaio e outros intelectuais que se destacam pela participação em movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Publicado em 1998, o livro foi um dos primeiros a recolocar o tema do desenvolvimento na agenda política e econômica nacional. Veja-se a quem o livro foi dedicado: Celso Furtado, Ignácio Rangel, Caio Prado Jr., Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes e Milton Santos, todos expoentes dos debates sobre desenvolvimento e dependência nos anos 1960 e 1970. Segundo os autores do manifesto, “nossa fraqueza maior” seria

6 A crítica à razão dualista não deixa de ser também, em parte, uma autocrítica: Oliveira vinculou-se ao projeto desenvolvimentista de Celso Furtado nos anos 1960. Por exemplo – num artigo avaliando a política econômica do governo Castelo Branco, para o primeiro número da *Revista Civilização Brasileira* –, Oliveira denunciava, em tom típico do nacionalismo terceiro-mundista da época, “o caráter aventureiro e antinacional desse Plano de Governo”, conclamando para combatê-lo “todas as forças interessadas no desenvolvimento autônomo da Nação”. Parece que Oliveira ainda compartilhava da interpretação de Furtado na época, sobre a estagnação da economia brasileira sob a ditadura (Oliveira, 1965, p.128).

aquilo que qualificam como o “divórcio entre povo e nação”. Apontam-se cinco compromissos para superar tal fraqueza, aqueles com: 1) a soberania; 2) a solidariedade; 3) o desenvolvimento; 4) a sustentabilidade; 5) a democracia ampliada (Benjamin et alii, 1998, pp. 149-51).

O tema do desenvolvimento não está só na agenda da esquerda considerada mais radical. Pelo que anunciam as pesquisas, os dois principais candidatos à próxima eleição presidencial são José Serra e Dilma Rousseff. Ele representando a oposição ao governo Lula, sendo ela a candidata governamental. Ambos são hoje desenvolvimentistas, e formados nos debates sociais, políticos e econômicos dos anos 1960, como profissionais e também como militantes, um da Ação Popular (AP), outra da Vanguarda Armada Revolucionária (VAR)-Palmares. Ambos já foram bastante críticos do desenvolvimentismo, que agora retomam por outras vias.

Por certo, aquele tempo já vai longe e ambos mudaram, mas trazem as marcas da experiência passada. Representam as correntes consideradas desenvolvimentistas na composição de forças aliadas em torno de seus respectivos partidos, cada qual a seu modo. José Serra ficou conhecido, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, como principal expressão da corrente desenvolvimentista do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que dava o contraponto então minoritário a um governo acusado pelos opositores de ser neoliberal. Já Dilma Rousseff é a face dita desenvolvimentista do governo Lula, que abriga também ministros liberais, que foram mais importantes em seu primeiro governo, mas perderam terreno no segundo, que passou a tomar medidas desenvolvimentistas, corporificadas no Plano de Ação Econômica (PAC).

A adesão do governo Lula ao desenvolvimentismo é particularmente intrigante. É corrente a ideia de que ele não tem propriamente um projeto. Será? Lembro-me de um debate público na Cinemateca de São Paulo, no já longínquo ano de 1998, para lembrar os eventos de 1968, no qual estive

na mesma mesa de José Dirceu, na época presidente do Partido dos Trabalhadores (PT). Ele falou da importância de retomar o desenvolvimento, sobre o papel do Estado e do empresariado nacional nessa retomada, sem esquecer a continuidade da busca de direitos dos cidadãos, bem como a defesa do povo brasileiro e de sua cultura. Nada disse sobre o caráter classista desse desenvolvimento, base das críticas presentes nos discursos dos primórdios do PT.

Durante o debate, perguntei a Dirceu se as ideias que acabara de expor não seriam um *aggiornamento* da velha tese do PCB sobre a revolução nacional e democrática no Brasil, que Dirceu e outros haviam criticado em 1968. A resposta foi afirmativa, com a ressalva de que, segundo ele, na virada do milênio já haveria condições, antes não existentes, para que se desse o desenvolvimento nacional policlassista. Opinião polêmica. Mas, se ele tinha razão, configura-se mais uma ironia da história. O projeto desenvolvimentista de revolução nacional-democrática dentro da ordem institucional, formulado pelo PCB no final dos anos 1950, teria vingado por outra via e noutro contexto, agora fora do clima ideologizado da época da Guerra Fria, depois do fim do socialismo soviético, quando o velho partido já não existe, e pelas mãos de um partido que lhe tomou o lugar hegemônico no seio da esquerda brasileira.

## O RETORNO

Um modelo de desenvolvimento concentrador de riquezas, com arrocho salarial e restrições às liberdades civis, foi adotado nos governos da ditadura, que buscavam modernizar o país sem colocar em risco a ordem estabelecida. No governo Geisel, em particular, o planejamento e a intervenção estatal retomavam aspectos do desenvolvimentismo, que assim ganhava um contorno à direita. Talvez por isso, e considerando também as (auto)críticas mencionadas, a questão do desenvolvimento passaria a um segundo plano nos projetos de esquerda.

Dois temas ganhariam relevo: a (re)democratização da sociedade e a afirmação da classe trabalhadora.

Setores de esquerda – em geral integrantes do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e, depois de 1980, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – centraram sua ação no retorno institucional à normalidade democrática (Kinzo, 1990), ao passo que outros se uniam para formar um partido novo, que se atribuía a missão de organizar a classe trabalhadora. Eles criaram o PT, socialmente embasado no então chamado “novo sindicalismo”, nas comunidades eclesiais de base da Igreja Católica e nos remanescentes de partidos e movimentos de esquerda, todos vinculados aos movimentos sociais que brotavam sobretudo nos bairros pobres das grandes cidades<sup>7</sup>.

Alguns intelectuais responsáveis pela elaboração da crítica de esquerda ao desenvolvimentismo – como Francisco Weffort, Francisco de Oliveira e Paul Singer – ajudaram a construir o PT. Já outros críticos desse ideário permaneceram inicialmente no PMDB, depois deixado para que se fundasse o PSDB, caso de Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Bresser-Pereira e outros.

No PT, ao longo do tempo, à medida que o partido se institucionalizava, retomavam-se as ideias de povo e nação. Enquanto vários críticos do desenvolvimentismo, agrupados sobretudo no PSDB, sensibilizavam-se com os novos rumos da economia internacional, em que prevalecia o pensamento antípoda do desenvolvimentismo, a privilegiar os mecanismos de mercado para regular a economia. Decidido a encerrar a chamada “era Vargas”, Fernando Henrique Cardoso comandou dois governos (1995-1998 e 1999-2002), que promoveram uma privatização econômica significativa.

Os limites da economia de mercado, entretanto, começaram a evidenciar-se pelo menos desde o final dos anos 1990, em âmbito nacional e internacional. Abria-se espaço para novas elaborações da presença do Estado no planejamento da economia. As dificuldades do mercado, bem como a au-

sência de alternativas socialistas, trouxeram de novo propostas diferenciadas de atuação do Estado para a retomada do desenvolvimento nos marcos do capitalismo. No caso brasileiro, a experiência acumulada nessa área é a do desenvolvimentismo.

O principal aspecto da crítica de esquerda ao desenvolvimentismo foi o de que ele encobria as contradições de classe, impedindo assim que se constituísse uma classe trabalhadora autônoma e consciente de seus interesses, que acabavam diluídos na proposta de desenvolvimento nacional. Ora, o fim do chamado socialismo real no Leste Europeu, a reestruturação produtiva, a mudança na organização do trabalho, os altos níveis de desemprego, certa reconstituição e reinvenção das formas de submissão do trabalho ao capital, que alguns chamariam de crise da sociedade do trabalho, acompanhada da consolidação institucional da democracia e da crescente dificuldade de organização das classes trabalhadoras, tudo isso tende a deixar em segundo plano a questão da emancipação de classe e da possibilidade de socialismo, pelo menos de imediato. Assim, considerando também os impasses em que o neoliberalismo colocou a economia mundial, é compreensível que o pensamento e a ação política de esquerda retomem o tema do desenvolvimento, fortemente vinculado ao planejamento e à iniciativa econômica estatal.

Os projetos desenvolvimentistas podem ser bem diversos, tanto que são propostos por diferentes partidos e forças sociais. Sejam quais forem, entretanto, para que a tragédia não seja retomada como farsa, caberia não só responder às críticas clássicas ao desenvolvimentismo, mas também às questões ambientais colocadas nos últimos anos, no sentido da sustentabilidade do desenvolvimento.

Enfim, são várias as possibilidades econômicas e políticas para um desenvolvimentismo remodelado. Não seria o caso de forçar demais o limite acadêmico do debate, mas registro minha posição a respeito. A aplicação de políticas sociais pelo Estado não deixa de ser um avanço – em experiências ao mesmo tempo tão próxi-

<sup>7</sup> Ver, por exemplo: Keck, 1991.

mas e diversas como as da Venezuela e do Brasil –, mas ela só pode ganhar um viés mais expressivo socialmente se envolver a organização autônoma dos trabalhadores e dos movimentos sociais, independentemente de lideranças carismáticas, de modo a tornar direito o que pode parecer dívida estatal. Para isso, caberia negociar as políticas sociais e também econômicas, envolvendo a participação da sociedade na formulação e gerência dos projetos, considerando também a necessidade de articulá-

los com o crescimento e a sustentabilidade ambiental, dando poder aos trabalhadores e despossuídos numa democracia cada vez mais direta e participativa.

Especialmente o emprego explícito de verba pública para evitar a bancarrota da economia, na atual crise, abre campo político para que a maioria da população reivindique recursos semelhantes para o desenvolvimento do bem-estar coletivo, esboçando a construção de um novo tipo de sociedade.

---

## BIBLIOGRAFIA

- BENJAMIN, César et alii. *A Opção Brasileira*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1998.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000.
- CARDOSO, Fernando H.; FALETTI, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- DOCUMENTOS DO PCB. Lisboa, Avante, 1976.
- HOBBSBAWM, Eric. "Vinte Anos Depois da Queda do Muro de Berlim: Além do Fundamentalismo do Mercado". IPS/Envolverde, 10/11/2009 (<http://envolverde.ig.com.br>).
- KECK, Margaret. *PT – A Lógica da Diferença*. São Paulo, Ática, 1991.
- KINZO, Maria Dalva Gil. *Oposição e Autoritarismo, Gênese e Trajetória do MDB, 1966/1979*. São Paulo, Sumaré, 1990.
- MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. 3ª ed. São Paulo/Petrópolis, Polis/Vozes, 1985.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- OLIVEIRA, Francisco de. "O Plano de Ação Econômica do Governo Castelo Branco: Por Que Não Terá Êxito", in *Revista Civilização Brasileira*, n. 1, 1965.
- OLIVEIRA, Francisco de. "Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista", in *Novos Estudos Cebrap* (2). São Paulo, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Crítica à Razão Dualista/ O Ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.
- PRADO Jr., Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1966.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento e Crise*. São Paulo, Difusão Européia, 1968.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Ensaios sobre a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *Iseb: Fábrica de Ideologias*. São Paulo, Ática, 1977.